REVISTA AC
Publicação científica

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO REGULAR NO BRASIL

THE IMPORTANCE OF INCLUDING PEOPLE WITH AUTISM IN MAINSTREAM EDUCATION IN BRAZIL

DOI: 10.5281/zenodo.23716639

Amanda Olívia Alves Cavalcante[1]

Resumo

A inclusão de alunos com deficiência ainda é um grande desafio na rede de ensino regular no Brasil, uma vez que mesmo com tantas políticas públicas de inclusão, destinadas ao direito à educação desses estudantes, a inclusão, na pçratica, ainda é efetivada plenamente, isso porque muitas escolas não estão preparadas para recebê-los. A educação, enquanto direito universal, representa um instrumento para superar desigualdades sociais, mas também um meio de formação crítica capaz de impulsionar transformações coletivas na sociedade. Nesse sentido, vale reconhecer a riqueza das diferenças e assegurar que todos, com ou sem deficiência, tenham garantido o acesso a uma aprendizagem de qualidade. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação regular brasileira, destacando os fundamentos legais, pedagógicos e sociais que sustentam a política de educação inclusiva no país. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com base em autores da área da educação inclusiva e dados oficiais do Censo Escolar. Os resultados apontam que mesmo com muitos entraves, há avanços significativos na ampliação das matrículas de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, porém evidenciam desafios relacionados à formação docente, infraestrutura escolar e práticas pedagógicas adaptadas. Conclui-se que a inclusão escolar de estudantes com autismo contribui para o

[1] Graduada em farmácia e Direito, Pós-graduada em Direito público. Psicopedagogia - ABA. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. Mestranda em Ciências da Educação pela pela Universidade santa Catarina - UNISCA. E-mail: amandaolivia2003@yahoo.com.br

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

desenvolvimento acadêmico e socioemocional, além de fortalecer valores de cidadania, equidade e respeito à diversidade.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Educação Inclusiva. Ensino Regular.

Abstract

The inclusion of students with disabilities is still a great challenge in Brazil's mainstream school system since, despite the many public inclusion policies aimed at guaranteeing these students' right to education, inclusion has not yet been fully achieved in practice, because many schools are not prepared to receive them. Education, as a universal right, is an instrument for overcoming social inequalities, but also a means of critical formation capable of driving collective transformations in society. In this sense, it is worth recognizing the richness of differences and ensuring that everyone, with or without disabilities, is guaranteed access to quality learning. This study aims to analyze the importance of including people with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazilian mainstream education, highlighting the legal, pedagogical, and social foundations that support the inclusive education policy in the country. The research is qualitative, bibliographic, and documentary in nature, based on authors in the field of inclusive education and official data from the School Census. The results show that, despite many obstacles, there have been significant advances in the enrollment of students with disabilities in mainstream schools; however, they reveal challenges related to teacher education, school infrastructure, and adapted pedagogical practices. It is concluded that the school inclusion of students with autism contributes to their academic and socio-emotional development, in addition to strengthening the values of citizenship, equity, and respect for diversity.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Inclusive Education. Mainstream Education.

1 Introdução

Este artigo trata da inclusão de alunos com TEA na perspectiva da Educação Especial, mostrando que nas últimas décadas, estas têm sido amplamente debatidas, entretanto, muitas dessas discussões ainda não se converteram no alcance efetivo das metas previstas em muitas destas políticas. O estudo tem como objetivo analisar a importância da inclusão de pessoas com TEA na educação regular brasileira, destacando os fundamentos legais, pedagógicos e sociais que sustentam a política de educação inclusiva no país.

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

Ressalta-se que o processo de inclusão, por sua própria natureza, consiste em algo desafiador no contexto educacional, pois se trata de uma temática abrangente que mesmo muito discutida ainda enfrenta resistência por parte de alguns setores da sociedade, incluindo até escolas e, em certos casos, até de familiares. É importante destacar que a educação inclusiva constitui um dos pilares fundamentais das políticas educacionais contemporâneas, estando diretamente relacionada à garantia dos direitos humanos e à promoção da igualdade de oportunidades. No contexto brasileiro, a inclusão de estudantes com TEA na rede regular de ensino representa um avanço significativo na consolidação de uma escola democrática e acessível. Historicamente, pessoas com deficiência foram excluídas do sistema educacional formal, sendo segregadas em instituições especializadas ou privadas do acesso à escolarização. Com a Constituição Federal de 1988 e legislações posteriores, consolidou-se o direito à educação para todos, preferencialmente na rede regular de ensino. Nesse sentido, compreender a importância da inclusão de pessoas com autismo no ensino regular é essencial para avaliar os avanços, desafios e perspectivas dessa política pública no Brasil.

Diante desse contexto, entende-se que abordar a relevância de uma aplicabilidade efetivas das referidas políticas de inclusão tem se configurado, ao longo da história, como um desafio permanente. Isso pode ser observado por meio de registros históricos, os quais evidenciam que, por muito tempo, as pessoas com deficiência não eram reconhecidas como sujeitos de direitos, especialmente no campo educacional. Embora haja avanços significativos, nas últimas décadas, impulsionados justamente pela criação de políticas públicas de inclusão que asseguram o acesso à educação, ainda persistem situações de exclusão e desrespeito, inclusive no âmbito da Educação Especial.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, voltada à análise de produções acadêmicas e documentos oficiais relacionados às políticas públicas de inclusão na Educação Especial. Essa abordagem possibilita a sistematização de informações e a compreensão das orientações normativas e de suas implicações no contexto educacional, atendendo aos objetivos propostos pela pesquisa.

A revisão bibliográfica e documental evidencia que a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, apresenta avanços significativos no campo normativo e no acesso à escolarização em classes comuns. Contudo, os resultados apontam que a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios relacionados a várias nuances, como a acessibilidade, a flexibilização curricular e as condições

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

estruturais das instituições escolares, exigindo práticas pedagógicas orientadas pela diversidade e pela equidade.

O estudo apresenta como conclusão que apesar dos obstáculos na efetivação das políticas públicas de inclusão, sobretudo, no que se refere a alunos com TEA, é possível vislumbrar estratégias para promover uma inclusão bem-sucedida, quando há práticas pedagógicas voltadas à inclusão para estes estudantes, o que contribue para a ampliação do acesso ao conhecimento.

2 Metodologia

A presente investigação configura-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais. Entre os principais referenciais examinados, destacam-se a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 e os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes ao Censo Escolar. A pesquisa bibliográfica possibilitou o aprofundamento dos fundamentos teóricos que sustentam a educação inclusiva, ao passo que a análise documental permitiu compreender a evolução das matrículas de estudantes com deficiência na educação básica brasileira. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por sua capacidade de favorecer uma análise interpretativa e crítica das dimensões sociais, educacionais e pedagógicas que permeiam o processo de inclusão escolar.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma abordagem investigativa voltada à compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, educacionais e culturais, considerando os significados, percepções e experiências construídas pelos sujeitos em seus contextos de vivência. Essa perspectiva metodológica busca interpretar a realidade de forma contextualizada e reflexiva, valorizando a subjetividade e a complexidade das relações humanas. Conforme Creswell (2021), a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador explorar e compreender problemas sociais a partir da coleta de dados narrativos, interpretações e análises descritivas, permitindo uma visão mais ampla e significativa do objeto investigado.

No tocante à pesquisa bibliogárfica, Marconi e Lakatos (2017), afirmam que esta possibilita ao pesquisador reunir e sistematizar informações relevantes, organizando-as a partir de diferentes fontes e procedimentos metodológicos. Gil (2002, p. 42) reforça essa concepção afirmando que:

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

> A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela análise de materiais previamente publicados acerca da temática investigada, visando à revisão do conhecimento já produzido, bem como à identificação de lacunas e possibilidades para novas abordagens teóricas e metodológicas, conforme Gil (2021). Além disso, a pesquisa documental possibilita a análise de políticas públicas, documentos curriculares, planos de ensino e demais registros institucionais, permitindo compreender tanto as orientações oficiais quanto suas implicações e aplicações no contexto educacional. Nesse sentido, tal procedimento mostrou-se fundamental para o desenvolvimento desta investigação, de acordo com Gil (2002, p. 46): "a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um total tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa".

Ressalta-se que há um vasto material na literatura acadêmica no tocante às políticas públicas de inclusão, por isso, não houve dificuldade em relação à pesquisa bibliográfica, além disso, as políticas públicas de inclusão são de fácil acesso. Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, é importante trazer o entendimento de Prodanov e Freitas (2013, p. 54), "a pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador em contato direto com toda a produção escrita sobre a temática que está sendo estudada". Dessa forma, a referida pesquisa serviu ao propósito do presente estudo.

3 A educação inclusiva no contexto da Educação Especial

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os indivíduos têm direito à aprendizagem, independentemente de suas particularidades físicas, cognitivas ou sociais. Conforme afirma Mantoan (2003), a inclusão requer uma transformação estrutural da escola, que deve adaptar-se às necessidades dos estudantes, promovendo condições efetivas de participação e aprendizagem. No contexto do autismo, esse processo demanda práticas pedagógicas diferenciadas, uso de recursos visuais, organização da rotina e estratégias individualizadas que favoreçam o desenvolvimento educacional e social dos alunos.

No âmbito legal, a Lei nº 12.764/2012 reconhece a pessoa com transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, assegurando-lhe o direito à educação inclusiva. De igual modo, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 reforça a obrigatoriedade da oferta de

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Estudos apontam ainda que ambientes inclusivos contribuem para o desenvolvimento da empatia, da cooperação e das interações sociais, beneficiando não apenas os estudantes com deficiência, mas toda a comunidade escolar.

A Educação Especial constitui um campo essencial no âmbito educacional, voltado ao atendimento das necessidades de estudantes com deficiência e demais especificidades no processo de aprendizagem. As discussões presentes na literatura especializada abordam diferentes perspectivas, que envolvem desde os princípios da inclusão escolar até as adaptações curriculares e pedagógicas, com a finalidade de assegurar o acesso, a permanência e o direito à aprendizagem de todos os estudantes em um ambiente escolar inclusivo e democrático.

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil 2013).

Ao longo da história, a Educação Especial esteve marcada por práticas segregacionistas, nas quais estudantes com deficiência eram excluídos do ensino regular e encaminhados para instituições especializadas e isoladas do convívio escolar comum. Com o avanço das discussões acerca dos direitos humanos e da democratização da educação, esse modelo passou a ser amplamente questionado, fortalecendo a concepção de inclusão escolar, especialmente a partir da implementação de políticas públicas voltadas à Educação Especial. Tais políticas fundamentam-se no princípio de que todos os estudantes têm o direito de frequentar ambientes educacionais comuns, contando com os apoios, recursos e adaptações necessários para sua aprendizagem e participação efetiva no contexto escolar.

No Brasil, as políticas públicas de inclusão educacional foram influenciadas por teorias e práticas pedagógicas que valorizam a diversidade e defendem a igualdade de oportunidades no espaço escolar. Com o objetivo de sistematizar esse processo histórico e normativo, apresentam-se, a seguir, as principais políticas nacionais voltadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva. Embora esses documentos permaneçam vigentes, reconhece-se que muitos de seus princípios ainda não são plenamente efetivados, evidenciando que o caminho para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva ainda apresenta inúmeros desafios.

A criação de leis, decretos, políticas e portarias, fundamentados na Constituição Federal de 1988 e na LDBN, contribuiu significativamente para o fortalecimento do conceito de inclusão escolar. Apesar

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

dos avanços observados no acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular, persistem obstáculos relacionados à acessibilidade, à formação docente e às condições estruturais das instituições escolares. Muitas escolas e profissionais da educação ainda enfrentam dificuldades para atender adequadamente às demandas da inclusão, sobretudo em razão da insuficiência de formação específica e de recursos pedagógicos apropriados.

Observa-se que, desde a década de 1990, antes mesmo da promulgação da LDBEN, os movimentos sociais já demonstravam preocupação com as práticas inclusivas no cotidiano escolar. Tal perspectiva pode ser identificada na Portaria do Ministério da Educação nº 1.739/1994, que recomendava a inclusão de conteúdos relacionados aos aspectos éticos, políticos e educacionais da integração da pessoa com necessidades educacionais especiais nos currículos de formação docente.

4 Bases conceituais e características do Transtorno do Espectro Autista

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-V), o autismo é enquadrado dentro dos TEA, sendo caracterizado por prejuízos em diferentes áreas do desenvolvimento. Trata-se de uma condição com manifestações amplas, que impactam principalmente a interação social, a comunicação e o comportamento (APA, 2014).

A primeira descrição do autismo foi feita por Leo Kanner, em 1943, por meio do artigo “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, no qual analisou 11 casos clínicos de crianças que apresentavam características distintas das síndromes conhecidas na época (Timo; Maia; Ribeiro, 2011). Nesse estudo, foram identificadas dificuldades na interação social desde os primeiros anos de vida, alterações na linguagem e forte resistência a mudanças, sendo que situações novas frequentemente causavam desconforto ou medo nas crianças (Kanner, 1943). A partir das contribuições de Kanner, iniciou-se uma nova abordagem sobre o autismo, incluindo também a análise de aspectos motores (Timo; Maia; Ribeiro, 2011).

Na primeira edição do manual (DSM-I), o autismo era compreendido de forma bastante distinta da concepção atual, sendo descrito como um sintoma associado à chamada “reação esquizofrênica” na infância, o que refletia o limitado conhecimento sobre o transtorno naquele período. Essa classificação inicial evidenciava uma visão ainda imprecisa e fortemente vinculada a interpretações psicopatológicas mais amplas. Somente a partir da terceira edição do manual (DSM-III) o autismo passou a ser

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

reconhecido de maneira mais específica, sendo incluído na categoria dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), como uma subcategoria diagnóstica. Segundo Coutinho *et al*. (2013), essa mudança representou um avanço importante na compreensão do transtorno, ao diferenciá-lo de outras condições psiquiátricas e reconhecer suas particularidades do desenvolvimento.

Já na versão mais recente do manual, o DSM-5, o TEA é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por déficits persistentes na comunicação e interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Reis; Pinto, 2021). Essa reformulação consolida uma visão mais abrangente e dimensional do transtorno, permitindo maior precisão diagnóstica e melhor adequação das intervenções.

4.1 Etiologia do TEA

As causas mais associadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolvem fatores idiopáticos, genéticos e ambientais. Segundo Coutinho e Bosso (2015), a maioria dos casos ainda é classificada como idiopática, embora os avanços científicos tenham permitido identificar fatores mais específicos relacionados ao transtorno. Estudos apontam que influências ambientais, como infecções e uso de determinados medicamentos durante a gestação, podem contribuir para o desenvolvimento do TEA; contudo, a forte hereditariedade observada reforça a importância dos fatores genéticos (Oliveira; Sertié, 2017).

Pesquisas com gêmeos, realizadas a partir da década de 1980, fortaleceram a hipótese genética ao demonstrarem alta concordância do transtorno entre irmãos monozigóticos (Ribeiro; Lima, 2018). Além disso, estudos identificaram genes associados ao autismo, como SHANK1, SHANK2, SHANK3, GABRB3 e CHD8, relacionados ao funcionamento cerebral, ao neurodesenvolvimento e à regulação da atividade gênica (Reis; Pinto, 2021).

4.2 Manifestações do TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por uma ampla variedade de manifestações clínicas e comportamentais, o que justifica a utilização do termo “espectro”. Essas características podem variar em intensidade e forma de apresentação entre os indivíduos, conforme o desenvolvimento e o suporte recebido. De acordo com a American Psychiatric Association (2014), o TEA é definido por dois eixos principais: prejuízos persistentes na comunicação e interação social, e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. A partir desses critérios,

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

identificam-se diferentes níveis de suporte e manifestações, evidenciando a complexidade e a heterogeneidade do transtorno.

Quadro 1: Manifestações do TEA

Comunicação	Muitos indivíduos com TEA apresentam atrasos ou dificuldades no desenvolvimento da fala, e, quando a linguagem está presente, pode não ser clara ou funcional. Isso compromete a comunicação, dificultando interações simples, como responder perguntas e manter contato visual, podendo levar ao isolamento. Além disso, é comum a presença de hiperfoco, em que a pessoa tende a falar excessivamente sobre temas de seu interesse, transformando a comunicação em um monólogo (Klin, 2006).
Isolamento Social	Desde a descrição de Leo Kanner em 1943, o isolamento social é apontado como uma característica central do autismo, presente desde a infância. Crianças com TEA apresentam dificuldades de interação, especialmente no ambiente escolar, podendo sentir medo ou não saber como se relacionar com outras pessoas. Essa limitação também envolve dificuldades de adaptação, levando ao isolamento, preferência por atividades individuais e dificuldades em estabelecer contato físico e visual (Freire, 2012).
Hipo e hipersensibilidade	Indivíduos com TEA podem apresentar hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais. Alguns têm sensibilidade exagerada a sons, como barulhos de aspirador ou latidos, enquanto outros podem não reagir a sons altos (Klin, 2006). Essa sensibilidade também afeta o tato, tornando toques simples desconfortáveis ou dolorosos, dificultando atividades cotidianas como escovar os dentes ou lavar o cabelo (Dawson; Watling, 2000). Além disso, a percepção sensorial pode influenciar a alimentação, levando a dietas restritas devido à sensibilidade a sabores ou texturas.
Perturbações no sono	Crianças com TEA apresentam maior suscetibilidade a distúrbios do sono, como insônia, parassonias, alterações respiratórias e movimentos durante o sono, além de hipersonia central (Moore et al., 2017; Saro, 2021). Essas alterações podem ser causadas pela resistência ao momento de dormir e pela ausência de regras estabelecidas pelos pais, resultando em menos tempo de sono e despertares frequentes (Humphreys *et al.*, 2014). Os distúrbios do sono podem tanto agravar os sintomas do TEA quanto ser consequência da própria condição.
Comportamento repetitivos (estereotipias)	Comportamentos repetitivos, como movimentos estereotipados, tiques, manipulação de objetos e formas de automutilação, são fortes indicativos do autismo (Marques; Bosa, 2015). Esses padrões também se manifestam na necessidade de rotina rígida, dificultando a adaptação a mudanças, e incluem estereotipias verbais e motoras, como balançar, bater palmas, andar em círculos e repetir palavras (Coelho; Santo, 2006; Gadia; Tuchman; Rotta, 2004).

Fonte: Organizado pela autora – Adaptado de Reis e Pinto (2021).

4.3 Diagnóstico

O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) baseia-se, principalmente, na observação clínica dos comportamentos relacionados à comunicação, à interação social e aos padrões comportamentais do indivíduo. Por não existir um marcador biológico definitivo, o processo diagnóstico exige acompanhamento cuidadoso e avaliação multiprofissional. Segundo Araújo e Schwartzman (2011), a confirmação do diagnóstico pode ser demorada devido à complexidade e à heterogeneidade das manifestações do transtorno. Nesse contexto, o diagnóstico precoce torna-se essencial, pois favorece

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

intervenções mais rápidas e eficazes, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social e comunicativo da criança.

Para a identificação do TEA, são utilizados instrumentos como o M-CHAT, a CARS e a Escala de Avaliação de Traços Autísticos (ATA), aplicados conforme a idade e os sinais apresentados pela criança (Losapio; Pondé, 2008). Além disso, estudos genéticos e neurobiológicos têm apontado evidências da influência hereditária no transtorno, destacando genes como OXTR, SHANK e CHD8, associados à interação social, ao funcionamento neuronal e ao neurodesenvolvimento (Ribeiro et al., 2018; Russo et al., 2017). Esses avanços científicos contribuem para ampliar a compreensão das bases biológicas do TEA e de suas manifestações clínicas.

4.4 Terapias

De acordo com Bosa (2006), as intervenções voltadas para crianças mais novas com TEA priorizam o desenvolvimento da fala, da linguagem, da interação social e também o suporte à família, considerando o papel central do contexto familiar no processo de desenvolvimento infantil. Essas ações iniciais são fundamentais para potencializar habilidades comunicativas e favorecer a socialização desde os primeiros anos de vida.

No caso dos adolescentes, o foco das intervenções tende a se deslocar para o aprimoramento das habilidades sociais, bem como para questões relacionadas ao desenvolvimento da autonomia e à compreensão de aspectos ligados à sexualidade, respeitando as particularidades dessa fase do desenvolvimento. Já na vida adulta, as abordagens podem abranger temas mais amplos, como autonomia pessoal, inserção social, moradia e responsabilidades do cotidiano, buscando favorecer maior independência e qualidade de vida.

Além disso, Bosa (2007) destaca que existem diferentes modalidades de intervenção utilizadas no acompanhamento de pessoas com TEA, entre as quais se incluem a Terapia Ocupacional (TO), a equoterapia, a musicoterapia e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). Essas abordagens podem ser aplicadas de forma integrada, de acordo com as necessidades individuais, contribuindo para o desenvolvimento global do sujeito e para sua maior inclusão social.

Quadro 2: Principais terapias para o TEA

Terapia Ocupacional (TO)	As terapias ocupacionais consideram que a identidade humana se constrói a partir das relações com pessoas e o ambiente (Asbjørnslett; Engelsrud; Helseth, 2015). Estudos

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

	mostram que atividades voltadas ao processamento sensorial podem melhorar aspectos como hipersensibilidade, humor, isolamento social e rigidez de rotina em crianças com TEA, refletindo em mudanças comportamentais percebidas por familiares e escola (Costa; Pfeifer, 2016). Essas intervenções promovem ganhos no desempenho ocupacional e funcional, contribuindo para a inclusão e qualificação social do paciente (Mapurunga et al., 2021).
Musicoterapia	A musicoterapia é uma abordagem que utiliza diferentes métodos, tipos de música e objetivos para atuar em diversas áreas do TEA, como comunicação, habilidades sociais, percepção e emoções (Brandalise, 2013; Silva; Moura, 2021). A técnica mais comum é a improvisação musical, na qual o paciente cria melodias ou ritmos, promovendo expressão emocional, interação social e responsabilidade compartilhada (Araujo; Ansay, 2015; Gattino, 2017). Estudos mostram que essa prática contribui significativamente para o desenvolvimento da comunicação, socialização e redução de estereotipias em indivíduos com TEA.
Equoterapia	A equoterapia envolve a interação do paciente com o cavalo, seja montando, caminhando ao lado ou cuidando do animal, promovendo vínculo afetivo e melhor percepção do ambiente e das pessoas (Duarte et al., 2019). O ritmo da cavalgada auxilia na coordenação motora, equilíbrio e padrões de movimento, além de estimular a expressão de sentimentos por meio de sons e gestos (Silveira; Wibelinger, 2011; Duarte; Barbosa; Montenegro, 2015). No aspecto emocional, a terapia favorece o desenvolvimento de empatia e a prática da expressão emocional, fortalecendo a ligação com o animal (Duarte et al., 2019).
Terapia cognitivo-comportamental (TCC)	A terapia cognitivo-comportamental (TCC) é aplicada de forma individual ou coletiva em diversos transtornos, incluindo o TEA, e seus resultados dependem da avaliação da capacidade cognitiva e habilidades verbais do paciente (Rabelo; Miranda, 2021; Consolini; Lopes; Lopes, 2019). No caso do TEA, a TCC busca auxiliar na organização do pensamento, expressão de emoções, iniciação de conversas e interpretação de comportamentos próprios e alheios, abordando dificuldades centrais do transtorno.

Fonte: Organizado pela autora – Adaptado de Bosa (2007).

O quadro apresentado reúne, de forma sintética, as principais características do TEA, evidenciando aspectos centrais como as dificuldades na comunicação e na interação social, a presença de comportamentos repetitivos, os diferentes níveis de suporte e a ampla variabilidade do espectro. Dessa maneira, possibilita uma compreensão clara e organizada de como essas características se manifestam no cotidiano dos indivíduos, destacando os desafios enfrentados e a relevância de práticas pedagógicas e intervenções adequadas para favorecer a inclusão, o desenvolvimento e a autonomia.

Tais intervenções podem estar relacionados com os dados do Censo Escolar, os quais mostram um crescimento progressivo das matrículas de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, refletindo os avanços das políticas públicas voltadas à inclusão educacional no Brasil. Apesar desse cenário positivo, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios significativos, entre os quais se destacam a necessidade de formação continuada para os professores, a disponibilização de profissionais de apoio escolar e a realização de adaptações curriculares adequadas às especificidades dos estudantes. A análise qualitativa dos dados também indica que instituições de ensino que desenvolvem projetos

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

pedagógicos inclusivos e bem estruturados tendem a apresentar resultados mais satisfatórios no desenvolvimento acadêmico, social e socioemocional de estudantes com TEA.

5 Considerações finais

A análise bibliográfica e documental e das práticas educacionais elucidou que, embora tenham ocorrido avanços significativos no campo normativo ao longo das últimas décadas, sobretudo no reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos , ainda permanecem desafios relacionados à efetivação da inclusão escolar e à garantia de um atendimento educacional de qualidade. Mesmo no âmbito da Educação Especial, persistem situações de exclusão, limitações estruturais e fragilidades nas práticas pedagógicas, demonstrando que a inclusão não se concretiza apenas por meio da existência de leis e diretrizes, mas requer ações permanentes e articuladas entre políticas públicas, gestão educacional, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas.

Os objetivos propostos neste estudo foram alcançados à medida que a revisão bibliográfica e documental possibilitou compreender os marcos legais e bases conceituais de do TEA, bem como analisar sua implementação na perspectiva da educação inclusiva. Além disso, foi possível identificar as principais políticas nacionais voltadas à inclusão educacional e discutir seus impactos no contexto escolar. Os resultados apontam avanços relevantes quanto ao acesso de estudantes com deficiência, no caso deste artigo alunos com TEA às classes comuns do ensino regular; entretanto, revelam também entraves relacionados à acessibilidade, à flexibilização curricular, à formação continuada dos professores e às condições estruturais das instituições de ensino para atender os referidos alunos.

Diante desse cenário, conclui-se que a consolidação de uma Educação Especial inclusiva ainda constitui um processo em construção, marcado por desafios e possibilidades. Torna-se indispensável, portanto, o fortalecimento de práticas pedagógicas fundamentadas nos princípios da diversidade, da equidade e da valorização das potencialidades dos estudantes. Nessa perspectiva, a inclusão deve ser compreendida como um compromisso coletivo e contínuo, capaz de promover a participação efetiva dos estudantes com deficiência nos diferentes espaços escolares e ampliar suas oportunidades de aprendizagem, convivência e desenvolvimento humano, contribuindo para a construção de uma educação mais democrática, acessível e socialmente justa.

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, Ceres Alves de; SCHWARTZMAN, José Salomão. *Transtorno do espectro do autismo*. São Paulo: Memnon, 2011.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BOSA, Cleonice Alves. *Autismo e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. *Brazilian Journal of Psychiatry*, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. 47–53, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Planalto – Constituição Federal de 1988. Acesso em: 20 abi. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 out. 2025. Disponível em: Câmara dos Deputados – Decreto nº 12.686/2025. Acesso em: 6 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Redação dada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Disponível em: Planalto – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Acesso em: 9 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: Planalto – Lei nº 12.764/2012. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: Planalto – Lei nº 13.146/2015. Acesso em: 30. abri2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: MEC – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Acesso em: 2 maio. 2026.

COUTINHO, Ana Amélia et al. Do DSM-I ao DSM-V: efeitos do diagnóstico psiquiátrico “espectro autista” sobre pais e crianças. *Psicanálise, Autismo e Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2013.

v. [01] | n. [02] | p. [291-304] | [jul-dez] [2026]
ISSN: 3086-819X

COUTINHO, João; BOSSO, Renata. Autismo e genética: uma revisão de literatura. *Revista Científica do ITPAC*, Araguaína, v. 8, n. 1, 2015.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica*. Brasília, DF: MEC/INEP, publicação anual. Disponível em: INEP – Censo Escolar. Acesso em: 8 maio 2026.

Leo Kanner. Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, Baltimore, v. 2, p. 217–250, 1943.

LOSAPIO, Maria Fernanda; PONDÉ, Maria Paula. Tradução para o português da escala M-CHAT para rastreamento precoce de autismo. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 221–229, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Mantoan. Maria Teresa Eglér *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

OLIVEIRA, Kátia Gisele de; SERTIÉ, Alexandre Linhares. Autism spectrum disorders: an updated guide for genetic counseling. *Einstein (São Paulo)*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 233–238, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.